

O MOVIMENTO FEMINISTA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ian Luiz da Costa Oliveira¹
Leonardo Mèrcher²

RESUMO

Este texto trata da participação do movimento feminista nas Relações Internacionais, segundo os seus enfoques teóricos. O presente artigo tem como objetivo analisar os impactos e desafios impostos no processo de construção da representação feminina no cenário político e social. O objetivo do estudo não é uma revisão de literatura, mas, sim, refletir sobre as mudanças no comportamento da sociedade frente ao avanço do pensamento liberal e pós-moderno, enfatizando sua proposta de igualdade. O artigo ressalta ainda em sua ideia, uma nova forma de relacionamento nas questões de gênero, para que possamos focar em um entendimento sobre a incorporação de princípios e valores fundamentais que são imprescindíveis na luta pela garantia de sua liberdade e autonomia sobre a decisão da vida, do corpo e do seu espaço de trabalho. Estabelecendo um sentido de igualitarismo social, que possa amparar não só os direitos das mulheres, mas os negros, índios e homossexuais.

Palavras chave: Feminismo. Igualitarismo. Pós-moderno.

1 INTRODUÇÃO

O movimento feminista marca o começo das mulheres em uma incansável busca pela valorização do gênero, apesar de existir uma diferença entre homens e mulheres que ultrapassa as questões biológicas e naturais, incluindo outros planos, entre eles, o seu direito democrático. A característica principal do movimento foi à consciência que as mulheres tiveram sobre sua própria condição perante uma sociedade basicamente representada por homens. Com isso, surgiu a luta pela sua liberdade e igualdade de direitos, que foram conquistados e pagos muitas vezes com suas próprias vidas.

A visão política e social questiona sobre a representação feminina e sua recente trajetória na democracia. O presente estudo aborda a trajetória feminista no âmbito da política representativa, que mostrou o avanço conquistado através do

¹ Aluno do Centro Universitário Internacional (UNINTER), matriculado no curso de Bacharelado em Relações Internacionais.

² Doutor em Ciência Política (UFPR, 2016).

empoderamento praticado pelas mulheres que exercem cargos representativos e ações que contribuíram para legitimar a igualdade de gênero. O objetivo desse estudo é explicar o percurso do movimento feminista de acordo com as teorias das Relações Internacionais. Embasando a construção histórica relacionada à prática do movimento feminista, que compõem a teoria política feminista.

Iremos debater os enfoques veiculados as Relações Internacionais, as teorias serão divididas nas cinco etapas mais influentes dentro dos estudos de gênero. São categorias que estão interligadas por meio das práticas do movimento feminino, e que melhor representam o papel da teoria política feminista.

Toda ação coletiva de um grupo da sociedade que exige a discussão de ideias para impor a validação de seus direitos, é um veículo de participação política que está à frente de qualquer ideologia governamental. O direito de igualdade entre homens e mulheres, mesmo sendo reconhecidos através de declarações e documentos internacionais, não significa que estão assegurados nos dias atuais. Assim como, a livre comunicação de pensamentos acaba sendo oprimida apesar da legitimação dos movimentos sociais.

Hoje os movimentos feministas tenderam para um processo de cunho profissional, por meio de uma fusão estabelecida com a criação das Organizações Não-Governamentais (ONGs), que interveem juntamente com o Estado, com o propósito de programar medidas de proteção para as mulheres e buscar melhores condições e espaços para uma participação política ativa.

2 O FEMINISMO SOB A VISÃO DAS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A perspectiva desse assunto nas Relações Internacionais levou certo tempo para incorporar as devidas abordagens sobre a questão de gênero, fato esse surpreendente para os pesquisadores. Segundo Halliday (1988) a maneira como o estudo foi definido, optando por uma priorização dos assuntos de diplomacia e segurança militar, contribuiu para negligenciar os assuntos considerados de menor importância na agenda da política externa. De acordo com essa concepção, as Relações Internacionais não iriam ser afetadas pelas diferenças de gênero. Embora os estudos feministas reconheçam a responsabilidade com a desatenção atribuída aos acontecimentos globais.

Destacamos três parâmetros que mostram um avanço nos estudos sobre questões de gênero (Murphy, 1996):

- Fazer visível a participação das mulheres na política internacional (individualmente ou em grupos, em papéis formais – diplomatas e ativistas – ou não tradicionais – prostitutas ou esposas de agentes formais);
- Ajudar a reconhecer o gênero, isto é, os efeitos da desigualdade de gênero nas instituições e práticas internacionais, bem como os efeitos da desigualdade de gênero das próprias políticas das instituições.
- Contribuir para reconfigurar as RI, possibilitando uma maior interação com outras ciências sociais, o que resultaria na importação de novas ideias e métodos.

Mesmo com o irrefutável avanço dos estudos de gênero nas RI, aliados aos principais veículos e associações profissionais, ainda há uma preocupação de enfoque marginal a respeito das mulheres. Ressaltando a dificuldade de inclusão de algumas temáticas nos materiais didáticos sobre segurança, política externa ou introdução. Mas, existe uma causa que pode ser adequada: a dificuldade de incluir o *background* teórico-metodológico da teoria política feminista com as teorias das RI. Mas não devemos deixar de levar em conta que a teoria política feminista, mesmo sendo complexa e heterogênea, contribuiu para o marco analítico-conceitual que introduziu temáticas de gênero nas disciplinas.

A teoria política feminista ganhou espaço na década de 1990, em relação às ciências sociais, e as visões pós-modernistas/pós-estruturalistas/pós-colonialistas que se tornaram dominantes nos cenários disciplinares. O resultado partiu dos enfoques alternativos, conhecidos como pós-positivistas. Com isso a linguagem e os métodos utilizados, dificultavam a comunicação com as demais academias. A marginalização desses enfoques, considerando as autoras enquadradas como feministas pós-modernas, é, em certa medida, uma automarginalização.

O enquadramento dos parâmetros sociais foi aumentando progressivamente com o passar do tempo, podemos citar inegáveis avanços em todas as áreas: política externa, segurança, economia, política internacional, etc.

A primeira onda do movimento feminista ou feminismo liberal ocorreu entre o fim do século XIX e início do século XX. Esse histórico movimento liderado pela precursora Marie Gouze, ou Olympe de Gouges, que logo após a Revolução Francesa, escreveu a Declaração dos direitos da mulher e cidadã. Sua dedicação na

formação desse documento era uma forma de criticar a Declaração dos direitos do homem e do cidadão, reafirmando o pedido das mulheres para um posicionamento perante o que estava acontecendo.

A primeira onda do feminismo foi inicialmente impulsionada pelo liberalismo, que é uma teoria fundamentada na ideologia burguesa e o conceito de cidadania. De acordo com Saffioti (1986, p. 107), sua proposta é “ampliar o que se entende por democracia, tornando iguais perante a lei os crescentes contingentes humanos das sociedades competitivas. Nesta concepção, cabe reivindicar para as mulheres igualdade de direitos com relação aos homens no plano de *jure*”.

A luta pelos valores liberais, entre eles liberdade, igualdade, dignidade, autonomia e individualidade, o papel feminino liberal delatou o ato discriminatório contra a mulher e exigiu políticas de reversão para atingir a igualdade de direitos para os homens nas diversas esferas da ação humana. Segundo Tickner e Sjoberg, afirmam:

Feminismo liberal chama a atenção sobre o posicionamento subordinado das mulheres na política global, mas permanece comprometido com a pesquisa das causas de esta subordinação dentro de um marco positivista. O feminismo liberal desafia o conteúdo, mas não os supostos convencionais das Relações Internacionais convencionais. (2010, p. 199).

Desse modo, as feministas questionam o reforço atingido pelos papéis culturais e sociais e retornam certas conquistas obtidas pela inserção no mercado de trabalho, entre eles, o espaço público; o espaço nas universidades; a participação na democracia representativa, rompendo com as reivindicações formais estabelecidas na primeira onda do feminismo.

A segunda onda do feminismo surge entre os anos de 1960 e 1980, essa etapa dita os avanços incorporados com a luta através da expressão política que se considerou contra a figura masculinizada dos espaços sociais. O feminismo resolveu atribuir sua força com a influência de organizações e outros movimentos, estabelecendo alianças de poder para o combate a opressão do gênero. O panorama estabelecido pelo feminismo abandona as relações estruturais que estão enraizadas na cultura patriarcal do capitalismo, para reafirmar sua base de libertação, que conta com a parceria das organizações e a sua capacidade de superar a violência e o preconceito em relação às mulheres que decidem e lutam pela sua liberdade em âmbito pessoal.

A evolução das teorias feministas ao longo da história foi reconhecida devido a forte expressão que o movimento conseguiu causar no comportamento e nos estudos sociais. A luta constante pelo fim dos abusos, sistemas de dominação e a discriminação, foram fatores decisivos para transformar a linguagem e a visão da sociedade a respeito da convivência social.

As teorias feministas marxistas e socialistas são frutos de uma crítica estabelecida pelo liberalismo. Podemos dizer que a opressão feminina não pode ser considerada como um resultado das atuações intencionais de indivíduos, mas um objeto das bases políticas, sociais e econômicas do capitalismo, e do sistema de classes. Segundo Reed (1970):

A desigualdade socioeconômica está estreitamente vinculada à desigualdade sexual. A libertação da mulher, incluindo o compartilhamento de responsabilidades com o homem nas instituições políticas e econômicas, não supõe apenas a remoção dos obstáculos legais, mas também uma luta mais abrangente contra o sistema de opressão política.

As teorias marxistas são relevantes à opressão do sistema capitalista de classes, os socialistas optam por uma fusão entre patriarcado e o capitalismo, como forma de haver uma dominação dos homens sobre as mulheres. A influência dessas duas teorias sobre o gênero é um pouco difusa. Apesar de ser uma teoria desenvolvida para um campo mais usual dentro do feminismo marxista e socialista.

A teoria feminista radical surgiu na década de 1960, em conjunto com os movimentos a favor dos direitos humanos nos EUA e a segunda onda do feminismo. O feminismo radical tem como responsabilidade a difusão de conceitos de gênero como forma de diferenciar as características biológicas que distinguem homens e mulheres, ou seja, o sexo, e o papel social construído para o homem e a mulher, o gênero. Para o feminismo radical, a opressão não pode ser extirpada reformando as leis, muito menos feita uma dicotomia de responsabilidades ou instituições políticas e econômicas. Essa opressão só pode ser erradicada com a construção radical da sexualidade. De acordo com a crítica radical que considera que tem como objetivo promover a contracultura que valoriza papéis e valores defende a separação entre homens e mulheres – inclusive, na esfera das organizações políticas.

O movimento feminista ainda é nos dias atuais um assunto desafiador para aqueles que estão envolvidos no processo. A cobrança pelo avanço dessa luta está relacionada a um patamar de diversas abordagens que incluem teorias marxistas,

liberais, socialistas e estruturalistas. O estudo pós-moderno questiona valores e crenças associados à teoria feminista, trazendo em sua abordagem uma análise de processos que transcende aos valores e princípios incorporados ao estudo das ciências sociais. Opondo as ideias que comprovam a existência de uma perspectiva de observação e entendimento feminino, criticando a visão da mulher defendida pelas teorias liberais e radicais.

Para que possamos explorar os aspectos de gênero, raça e classe, mencionamos o feminismo pós-colonial. Essa teoria tem como base o domínio caracterizado pela representatividade de grupos e modos dominantes, onde o sexo feminino é um alvo da dominação. Mas, as mulheres têm o direito de serem representadas não só como mulheres, mas sim por pertencerem a uma estabelecida raça e classe social, com identidades e costumes distintos das outras.

O feminismo multicultural torna-se um alvo do feminismo ocidental, estruturado pelo pensamento universal. O propósito da crítica feminista é identificar as experiências feitas pelo discurso hegemônico que o apresenta como uma ideia comum e universal, fazendo do discurso feminista ocidental uma questão hegemônica. O objetivo do feminismo pós-colonial pode ser visto propriamente como um campo amplo, onde se possa repensar e remarcar conceitos que passam por diferentes disciplinas como a economia reprodutiva ou hegemonia, para que se consiga compreender a subordinação feminina.

Reconhecer os direitos é um interesse apenas das mulheres ou se trata de um interesse geral da sociedade? O movimento e seus impactos na sociedade, não impediu a intolerância, o desrespeito e o desprezo pela posição da mulher. A atuação individual ou coletiva tem interesse no que é desejável e necessário para o alcance dos seus fins. Essa ação ganha reconhecimento quando se reflete na expressão cultural, que de certa forma influencia na tomada de decisões econômicas. Conforme Butler:

“Se alguém ‘é’ mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços pré-definidos de gênero da ‘pessoa’ transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas”. (2003, p. 20).

Então, podemos entender que a relação entre o feminismo e a teoria pós-moderna está estruturada em cima de uma desconstrução que não se fundamenta aos conceitos estabelecidos pelo pensamento pós-modernista. Esse campo impõe um debate complexo das posições que caracterizam os obstáculos para uma profunda compreensão, na análise de Butler (1998, p. 14), é proposta uma questão de que o pós-modernismo seja entendido não apenas como a questão colocada para o feminismo, mas como a questão, o que é pós-modernismo? Que tipo de existência ele tem? O ponto de vista de Butler questiona a evidência de fato com as ideias totalizadoras do poder, na conceituação dominadora, que tem como pano de fundo a dissolução das questões e o fim da complexidade.

Movimentos feministas nas RI

O objetivo de dos estudos de gênero e a sua funcionalidade nas relações internacionais se deu pelo avanço da emancipação feminina e a sua libertação a um modelo de opressão imposto pelo patriarcalismo. O movimento feminista e a teoria política feminina propuseram métodos teóricos que tivessem o objetivo de conceituar e justificar o movimento. A inserção dos estudos de gênero na agenda das relações internacionais se manifesta através de comparações que evidenciam as ciências sociais e a sociologia como forma de análise dos fenômenos abordados sob a perspectiva dos enfoques de gênero.

Uma das áreas centrais das relações internacionais é a segurança internacional. A preocupação atrelada ao período da Guerra Fria foi fator preponderante para o foco e o desenvolvimento na segurança. O seu foco também foi impulsionado pela situação do cenário atual, com a guerra e o terrorismo como preocupação central dos estados.

O assunto indaga sobre a contribuição das perspectivas de gênero nas análises de segurança internacional, sobre o fato de homens e mulheres representarem papéis diferentes nas negociações de paz e na reconstrução social. Podemos dizer que nem sempre esses papéis são válidos, pois existe uma dicotomia entre as partes, evidenciando a complexidade das causas e consequências observadas pelos Estados e outros atores políticos. Segundo Gerecke:

As mulheres que são também as principais vítimas da violência sexual em conflitos armados, no que se revela uma estratégia de guerra utilizada sistematicamente em muitos dos conflitos pós-Guerra Fria". (2010, p. 138)

As reivindicações feministas e o Conselho de Segurança das Organizações das Nações Unidas (ONU) aprovaram, em 2000, a primeira do conjunto de resoluções pertinentes à agenda de Mulheres, Paz e Segurança. Essas medidas foram tomadas contra a violência e discriminação sofrida pelas mulheres em situação de conflito, e também requerendo uma maior participação nos processos de paz e a reconstrução pós-conflito.

A economia Política Internacional é uma subárea que estuda os Estados e mercados. A sua problemática está na divisão sexual, que é um dos estudos principais para se entender a o cenário dinâmico da economia globalizada. Formado por um conjunto de processos que integram a economia reprodutiva, é reconhecido pelas análises econômicas. A migração internacional é um exemplo dessa forte marcação dos padrões de gênero, como fator predominante para a economia política internacional.

O fluxo de emigração entre as mulheres é visto com um maior grau de desenvolvimento. É importante observar que muitas delas se sentem fragilizadas e exploradas, com o objetivo de enviar suas famílias para uma participação na economia reprodutiva de um país, para que possa equilibrar e contribuir para a balança comercial. Reforçando a ideia de que a emigração feminina é uma estrutura patriarcal, onde as mulheres executam funções, substituindo o trabalho formal de outras mulheres, como também para a contribuição do pouco envolvimento dos homens, que continuam a expandir a dominação patriarcal.

A política externa tem como foco a análise dos governos nacionais, interagindo com diversas vertentes das relações internacionais. Sua análise sob os enfoques de gênero tem o objetivo a compreensão e o desempenho de criar políticas bem fundamentadas. Seu estudo comprova as ações da política externa e seus efeitos divergentes entre homens e mulheres. Entendemos pelo pensamento de Drury & Peksen (2014, p. 463) que as estruturas patriarcais criaram uma imagem de fragilidade feminina, como foi citado no tópico anterior. Isso possibilita que as sanções econômicas internacionais na educação e na saúde das mulheres sejam afetadas por efeitos mais novíços do que na classe masculina.

A perspectiva de gênero é atualmente aplicada pelas agências internacionais de desenvolvimento, como também por agências nacionais. Brysk & Mehta (2014, p. 97), defendem a influência de gênero na política externa é como uma sociedade onde as relações são igualitárias, criando políticas respeitadas com normas globais e direitos humanos. Esse pensamento aponta a necessidade e a importância de ponderar a dimensão de gênero na análise de políticas estruturais ditadas por instituições e acordos de paz.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento feminista conquistou seu espaço na sociedade através de um longo processo que ultrapassou todos os limites do feminismo, transformando sua luta por direitos em oportunidades, dando voz e espaço para outros grupos se sentirem motivados em lutar pelo seu reconhecimento dentro de uma sociedade democrática de direitos.

A luta feminina foi e ainda está sendo um forte obstáculo dentro das relações internacionais. A garantia de espaços de poder e representação cresceram nas últimas décadas, mas não podemos considerar esse avanço como algo propriamente estabelecido, devido a uma série de divergências que interferem o pensamento empírico dentro das teorias de política externa. Fazendo com que a pauta do movimento feminista esteja sempre no centro de discussões e debates entre os autores dos estudos de gênero.

As questões de gênero é um fator importante na discussão dos fenômenos globais estudados pelas relações internacionais, que está cada vez mais inserida na disciplina. Analisamos os conflitos, as relações econômicas e os efeitos causados pelo desenvolvimento e compreensão das abordagens feministas na produção do gênero. É preciso unir diversos fatores teóricos e práticos para se criar um pensamento que possa dar conta desse processo que é o movimento feminista. As questões de gênero como foco nas relações internacionais se tornou pertinente, porque essa foi a forma mais acessível para que a luta feminina fosse reconhecida, e seus direitos legitimados, aproximando da disciplina as transformações desenvolvidas pela produção de gênero.

Para que exista um sentido nas relações internacionais, é importante pensar que os atos de fala e as regras decorrentes, sejam utilizados para estruturar as relações e impor uma ação de solução de problemas de ordem política.

REFERÊNCIAS

BRYSK, A.; MEHTA, A. Do Rights at Home Boost Rights Abroad? Sexual Equality and Humanitarian Foreign Policy. *Journal of Peace Research*, v. 51, n. 1, p. 97-110, 2014.

BUTLER, J. 2003. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BUTLER, J. Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. Tradução de Pedro Maia Soares. *Cadernos Pagu*, n. 11: 11-42, 1998. São Paulo, Brasil.

DRURY, A. C.; PEKSEN, D. Women and Economic Statecraft: the Negative Impact Economic Sanctions Visit on Women. *European Journal of International Relations*, v. 20, n. 2, p. 463-490. 2014.

GERECKE, M. Explaining Sexual Violence in Conflict Situations. In: SJOBERG, L.: VIA, S. (Ed). *Gender, War and Militarism: Feminist Perspectives*. Santa Barbara: Praeger, 2010. p. 138-154.

HALLIDAY, F. Hidden from International Relations: Women and the International Arena. *Millennium*, v. 17, n. 3, p. 419-428, 1988.

MONTE, Izadora Xavier do. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. *Rev. Estud. Fem.* 2013, v. 21, n. 1, p. 59-80.

MURPHY, C. Seeing Women, Recognizing Gender, Recasting International Relations. *International Organization*, v. 50, n. 3, p. 513-538, 1996.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Rev. Sociol. Polit. Curitiba*, vol. 18, n. 36, Jun 2010.

REED, E. *Problems of Women's Liberation*. Nova York: Pathfinder Press, 1970.

SAFFIOTI, Heleieth B. Feminismos e seus frutos no Brasil. In: SADER, Emir (Org.). *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1986.

SALOMÓN, Mónica. *Teorias e enfoques das relações internacionais: uma introdução*/Mónica Salomón. Curitiba: Intersaberes, 2016.

TICKNER, J. A.; SJOBERG, L. Feminism. In: DUNNE, T., KURKI, M.; SMITH, S. *International Relations Theory: Discipline and Diversity*. 2nd. Ed. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 195-212.

UNISAL – UE. Artigo Científico. Disponível em: <publicadireito.com.br/artigos/?cod=dbe2ec22cee2bf46>. Acesso em: 8 out. 2018.